

A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E AS TRANSFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Isa Cristina Barbosa Antunes

Rafael Oliveira da Silva

Tainá da Silva Bandeira

Departamento de História – UFRN

RESUMO

A organização do ensino superior sofreu várias reformas e entre as elas destaca-se a reforma de 1968, que foi resultado do regime militar. A reforma teve dois princípios norteadores, o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para economia. As transformações na organização das universidades do Brasil, com a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, possibilitou o aumento das matrículas em instituições de ensino superior, principalmente em estabelecimentos de iniciativa privada, permitiu o prolongamento da interferência dos ideais “revolucionários” na educação superior. A Reforma ao declarar a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas, estabelece a escolha dos Reitores ao Presidente da República; cria a unificação das unidades acadêmicas; surge a figura do Departamento; a anulação dos movimentos estudantis; maior interação ensino-pesquisa, a criação da monitoria, o aumento de programas de extensão, atividades desportivas, culturais e cívicas, que viabilizassem a “ocupação” do corpo discente. Segundo Selva Fonseca o período denominado “Ditadura Militar” representou um marco na história de vida dos professores. Com as transformações ocorridas nas instituições de ensino superior suscitou a questão como os alunos do ensino superior vivenciaram a reforma universitária nas diversas instituições brasileiras. Para o projeto utilizou-se como metodologia inicial a pesquisa bibliográfica sobre o ensino superior com Lalo Watanabe Minto; Gledson Luiz Coutinho e Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. Após houve a utilização de história oral como método e técnica, baseando-se nos conceitos de Éclea Bosi que trabalha com a idéia de memória com resultado de uma reconstrução do indivíduo e com a idéia de Lugares da Memória de Pierre Nora. Por fim Selva Guimarães Fonseca, não como teórica, mas como modelo de análise das influências das experiências de vida na formação.

PALAVRAS-CHAVES: Reforma Universitária de 1968; Ensino Superior; e História Oral.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das análises das entrevistas da pesquisa proposta à terceira unidade da disciplina de História Oral do Departamento de História, sob a orientação do professor Raimundo Nonato.

O objetivo deste é perceber a vivência dos discentes de instituições de ensino superior, tendo como base a Reforma Universitária de 1968, analisando suas percepções e como essas prováveis mudanças influenciaram na futura vida profissional.

O mesmo está dividido em três momentos. O primeiro que versará sobre os elementos que levaram a promulgação da Lei 5540 de novembro de 1968, mais conhecida como Reforma Universitária de 1968. O segundo que se concentra no caráter metodológico utilizado pelos autores, principalmente, no que concerne ao uso da História Oral. Por fim, colocamos nossas análises e conclusões a luz das narrativas dos entrevistados, assim como os teóricos que fazem uso da História Oral e da Memória.

Para tanto, fizemos uso de fontes orais, bibliografia sobre a Reforma Universitária de 1968, História da Educação, Regime Militar, dentre outros, além de teóricos da História Oral e Memória.

1 A Reforma Universitária de 1968 e o caminho percorrido até seu decreto final.

O ensino superior brasileiro sofreu diversas reformas em sua estrutura, entre elas podemos destacar a Reforma Universitária de 1968. Entre as principais características do ensino superior está o processo de privatização das instituições e o desenvolvimento de instituições de pequeno porte.

A história das universidades brasileiras é recente, já que durante a colônia brasileira, Portugal não permitia a instalação de instituições de nível superior em suas colônias, apenas concedia bolsas para que filhos de colonos estudassem em Coimbra. A proibição da instalação de universidades tinha como finalidade a não disseminação de idéias pro - independência, além da falta de recursos na colônia para a manutenção das instituições. Com a transferência do poder metropolitano, houve a necessidade de modificar o ensino superior na colônia, era preciso “fundar todo um grau de ensino completamente distinto ao anterior.” (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003, P. 153). Desta forma foram fundadas as “cátedras que eram unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados, os cursos ministrados eram medicina, engenharia e direito” (Idem, p. 154).

O ensino superior era restrito, com o início da República houve um aumento da procura educacional, tendo uma maior facilidade de acesso e ampliação de instituições deste gênero. A partir disto o diploma perdeu o seu caráter social e o seu *status* dentro da sociedade, tendo como consequência a promulgação de várias reformas para a contenção ao ingresso de novos alunos, como a reforma Rivadávia Corrêa de 1911 e a reforma Carlos Maximiliano de 1915. Estas tinham como objetivo acabar com o privilégio dos estudantes do ensino federal, que além dos exames de admissão deveriam comprovar a aprovação do curso ginasial. Com a decretação do Decreto

16.782-A de 1925 fixou o limite numérico de vagas em qualquer instituição de ensino superior.

Durante a década de 1920 é que teremos realmente a primeira instituição de ensino superior com o status de universidade. A Universidade do Rio de Janeiro foi inaugurada em 1920, tendo a partir deste momento leis que regulamentassem a criação e o funcionamento de instituições de ensino superior nos Estados. Com a criação do Ministério da Educação houve uma centralização política e administrativa, sendo acrescentado aos exames de vestibulares uma prova de idoneidade moral com a edição do Decreto 19.851 de 1931.

Ainda no governo populista (1945/1964), a crise universitária se acentuou profundamente, segundo Luiz Antônio Cunha, mesmo com a expansão das vagas, o mercado – dotado de prestígio, com boa remuneração e poder, buscado pelos os que se formavam nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia – não conseguia absorver todos os diplomados (CUNHA, 1988, p.37). Portanto a reforma universitária já vinha sendo buscada antes mesmo do Regime Militar.

O processo de federalização das instituições de ensino superior e as constantes críticas a política universitária, bem como o desenvolvimento do movimento estudantil ocasionou a reforma de 1968 com base nas Leis de 5.540 e 55.398, que possibilitaram mudanças baseadas na repressão política e ideológica do corpo discente e do corpo docente. Essa reforma aliada com os atos institucionais baixados pelo governo militar e a constituição de 1967 abriram espaço para uma grande transformação do ensino superior, modificando a sua estrutura administrativa e política.

No ano de 1968 houve uma intensa mobilização do movimento estudantil, sendo realizados diversos debates e manifestações de rua. O Governo irá realizar uma série de medidas para impedir essas mobilizações. Uma delas é a criação do Grupo de Trabalho no ano de 1968 através do Decreto nº 62.937. Esse grupo tinha como objetivo “(...) estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa (...)” (RELATÓRIO do grupo de trabalho, 1968, p. 15).

O anteprojeto da Reforma foi estudado por um Grupo de Trabalho do qual pode ser citados como membros Newton Sucupira e Roque Maciel de Barros, além de professores universitários e membros do Conselho Federal de Educação. Esse grupo tinha como base as filosofias da Universidade de Berlim. Porém, o modelo organizacional proposto era de forte influência norte-americana.

A reforma de 1968 proporcionou grandes modificações que se colocam presentes atualmente na organização das instituições educacionais brasileiras. Essa reforma trouxe grandes avanços, mas também grandes conseqüências, pois diversos professores foram compulsoriamente aposentados, reitores foram demitidos, o controle policial foi estendido ao currículo e as programas das disciplinas. De outro lado permitiu uma maior ampliação do acesso ao curso superior, vários recursos foram ampliados, o desenvolvimento de programas de pós- graduação e outros. O Decreto-Lei

de nº 53/06 reestruturou as universidades que determinou os principais da organização, “vedava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinava a unidade entre ensino e pesquisa; obrigava à concentração do ensino e da pesquisa básicos, de modo a formarem um sistema comum para toda a universidade. Obrigava, também, à criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro de departamento) de Educação.” (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003, p. 179).

Um ponto que é necessário ser desmistificado antes de qualquer trabalho sob a Reforma Universitária de 1968 é a falsa idéia de que apenas no Regime Militar a universidade esteve diretamente sob o poder do Governo. Ainda de acordo com Luiz Antônio Cunha:

“[...] crença que precisa ser contestada pela análise dos fatos é a de que a intervenção do governos nas instituições de ensino foi uma decorrência do regime autoritário imposto em 1964, assumindo contornos mais nítidos em fim de 1968, com o Ato Institucional Nº 5. Não tenho dúvida de que esse regime acionou mecanismos inéditos de controle do aparelho escolar. Mas supor que a universidade fosse, antes de 1964 autônoma, onde reinavam as liberdades democráticas, é não só desconhecer o que de fato acontecia [...]” (CUNHA, 1988, p.22).

Isto é, desde o início, as instituições de ensino superior sofriam intervenções direta ou indiretamente do Governo no seu cursar. Mas é fato que o Regime Militar interferiu de forma bem mais acentuada do que anteriormente. Com a Reforma Universitária o Governo obteve meios mais eficientes para um controle de qualquer manifestação contrária ao regime em execução. Mesmo antes, reitores, professores e alunos já viam sendo demitidos e/ou presos. Após 1968, apenas intensificou. Apesar de que, ao analisar esse caminho percorrido das universidades brasileiras percebe-se que atualmente, essas instituições estão ainda em constante construção da sua identidade na sociedade brasileira.

2 História Oral e a Reforma Universitária de 1968: uma metodologia.

Muito se tem publicado sobre a Reforma Universitária de 1968, cuja bibliografia vem enfocando, principalmente, suas causas e conseqüências. Entretanto, quando se trata da visão dos próprios graduandos que presenciaram o momento dessas mudanças, a bibliografia é quase inexistente. Esse foi o fator principal que nos impulsionou a resgatar a memória construída sobre esse momento dos que vivenciaram tais transformações de grande repercussão na História da Educação Brasileira.

Portanto, o objetivo deste trabalho é perceber a vivência dos graduandos desse momento de mudanças, suas percepções e como essas prováveis mudanças influenciaram na futura vida profissional.

Nossa idéia inicial era tentar entender como a história de vida e a formação acadêmica dos docentes do atual quadro do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte influenciou na sua prática profissional. Tal objetivo se deu a partir da leitura do livro “Ser professor no Brasil: história oral de vida” de Selva Guimarães Fonseca.

A autora analisa a história de vida de um grupo de professores que ministram ou ministraram a disciplina de História, percebendo como suas experiências pessoais influenciavam nas suas práticas em sala de aula. Todavia, nos relatos destes professores e nas conclusões de Fonseca, o período do Regime Militar foi o que mais marcou a vida e as carreiras destes docentes, pela mudança brusca no cotidiano educacional, seja no âmbito pedagógico, administrativo ou político. Nesse sentido, percebemos a presença de um dispositivo legal que alterava o andamento das práticas e administração das instituições de ensino superior, que foi a Lei 5540 de novembro de 1968, mais conhecida como a Reforma Universitária de 1968. Na pesquisa de bibliografias sobre Reforma Universitária constatamos sua riqueza de análise e observações. Esse fato nos encaminhou para o nosso objetivo atual.

Para entendermos como essa reforma foi percebida pelos graduandos dessa época foi necessário utilizar uma metodologia mais específica e pessoal, por isso optamos pela História Oral de Vida, pois com esta conseguiríamos captar uma melhor narrativa dos entrevistados em relação à temática, do que se nos resumíssemos nas fontes escritas. Porém, também nos utilizamos de bibliografias tanto para a compreensão da Reforma em si, por exemplo, Luiz Antônio Cunha, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Lalo Minto, dentre outros, e autores que possuem trabalhos que se utilizem da História Oral enquanto objeto de análise, no seu caráter prático ou teórico, como Selva Guimarães Fonseca, Alessandro Portelli, Ecléa Bosi, e outros.

Nosso espaço inicial de análise era a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), porém percebemos que seria enriquecedor abrangermos nosso campo na busca dos entrevistados, então determinamos o ambiente da universidade como espaço de pesquisa, independente da sua localidade. O recorte temporal tinha sido determinado de 1968 (ano que foi criada a Reforma) até 1972. Porém, em nossos estudos percebemos que a reforma foi sendo assimilada de forma gradativa, um exemplo deste fenômeno foi que na UFRN a reforma começa a ser implantada no ano de 1970, mas só na segunda metade desta década é que percebemos o maior número de elementos da Reforma Universitária de 1968. Portanto, decidimos que o recorte temporal seria de 1968 a 1980.

A escolha dos entrevistados se processou no critério de que estes tenham cursado o ensino superior, desde que tenha sua formação acadêmica no recorte determinado. Para as análises que se seguirão nesse trabalho foram feitas quatro entrevistas com o professor do Departamento de História da UFRN Wicliffe de Andrade Costa; a professora de português do ensino público estadual do Rio Grande do Norte e do ensino público municipal da cidade do Natal, Eunice da Silva Rosado; a professora

Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva também do Departamento de História da UFRN; e a professora aposentada de história do ensino público do estado do Rio Grande do Norte, Enedite da Silva Vasco. O fato dos entrevistados serem todos professores foi coincidência, apesar deste evento ter facilitado o entendimento das narrativas visto a clareza das falas.

As entrevistas foram feitas nos locais escolhidos pelos próprios entrevistados, que tivesse a menor interferência de som possível, como também o dia e a hora. No início todos foram relutantes quanto ao fato de serem filmados, mas acabaram por aceitar. Logo após a cada entrevista foram feitas as transcrições integrais das gravações, neste momento nos utilizamos da teoria de Paul Thompson ao declarar que “(...) ao passar a fala para a forma impressa, o historiador precisa desenvolver uma nova espécie de habilidade literária que permita que seu texto escrito se mantenha tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto ao significado do original.” (*apud* FONSECA, 1997, p. 53). Posteriormente, elaboramos um texto de forma resumida e cronológica, já que os entrevistados relatavam suas vivências nem sempre de forma linear, mas sem perder o sentido que os depoentes quiseram dar ao seu relato, baseado nas idéias de José Carlos Sebe Bom Meihy, que afirma ser esta etapa o

“[...] estágio mais graduado na feitura de um texto de história oral. Consta desta tarefa a reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para um texto escrito... Faz parte do momento da textualização, a rearticulação da entrevista de maneira a fazê-la compreensível, literariamente agradável. Nesta fase, anula-se a voz do entrevistador e passa-se à supressão das perguntas e sua incorporação no discurso do depoente. [Isto], além de possibilitar textos mais agradáveis, provoca a realização do envolvimento do leitor.” (Idem, p. 55)

Vale ressaltar que tivemos que retirar alguns pontos que foram exigidos pelos entrevistados

3 A Reforma Universitária de 1968 e a História Oral: a reconstrução da Memória – análises e conclusões.

Para uma análise eficiente das entrevistas, a leitura de teóricos que trabalham com a História Oral foi essencial. Como trabalho base das nossas análises utilizamos o trabalho de Selva Guimarães Fonseca na sua obra “Ser Professor no Brasil: história oral de vida”. A partir dessa obra tivemos um alicerce para como proceder em nosso projeto.

Outra autora nessa área que nos serviu de grande referência foi Ecléa Bosi, principalmente no que tange a memória, a qual diz que “(...) na maior parte das vezes lembrar não é reviver, mas, refazer, reconstruir, repensar com imagens de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho.” (Idem, p. 34). Essa

colocação foi essencial para percebermos que nossos entrevistados fazem esse trabalho na memória da sua graduação. Nas entrevistas concluímos que os depoentes, no momento de sua graduação, não tinham uma noção clara e exata do que era o Regime Militar e muito menos do que era a Reforma Universitária, porém, quando o professor Wicliffe de Andrade Costa narra sua graduação ele sempre associa os fatos à significados da reforma, demonstrando que naquele momento ele aplicava sua concepção atual do que foi a Reforma. Quando Eunice Rosado fala sobre a experiência disciplinar de sua escola ginásial sempre relaciona a rigidez ao Regime Militar, mais uma vez tendo concepção atual do que foi aquele governo, que na época, ela não percebia essa significação, eram atitudes naturais.

De acordo com Portelli “A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”, a partir desse significado percebemos que a entrevistada Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva, quando narra sua participação no período se classifica como tímida, constrói a sua memória a partir de sua vivência comportamental atual.

Ainda utilizando a entrevista da mesma depoente como exemplo, percebemos que a vida familiar influencia na vida acadêmica, pois a mesma relata que vivia em uma família de personalidade retraída, tendo uma personalidade tímida na sua graduação.

Nas quatro entrevistas percebemos que há uma intenção além da simples narração. Cada entrevistado quis construir uma imagem para quem viesse assistir aos vídeos produzidos. Wicliffe Costa sentiu a necessidade de manter seu papel de educador quando a cada fato narrado associava a Reforma Universitária.

A Professora Eunice Rosado tem a preocupação de, sabendo que a entrevista seria trabalhada e exposta para o espaço universitário, que os que a assistissem percebessem que apesar de não ser profissional do campo de nível superior, sua formação tinha sido excelente, isso é perceptível principalmente quando sempre enaltece sua formação, tanto ginásial como acadêmica.

Aurinete Girão sempre tenta mostrar que atualmente é uma pessoa de personalidade mais interessante que antigamente, isso é percebido pelo fato que sempre está dizendo que hoje ela é bem melhor que antes, ou que nenhum aluno deve ser como ela era; já Eneide Vasco tenta mostrar que era uma professora apaixonada pela profissão, isso fica claro quando ela compara a educação atual com o momento em que ensinava.

Outro ponto a ser ressaltado é o que de acordo com Walter Benjamin o narrador “não inclui apenas a própria experiência, mas, em grande parte, a experiência alheia.” (*apud* Fonseca, p. 217). Isso está presente principalmente na narração de Eneide Vasco quando ela relata que tinha muito medo dos militares infiltrados e das manifestações estudantis, mas em nenhum momento retrata algum acontecimento seu sempre está relatando acontecimentos de colegas em relação ao Regime Militar.

Segundo Passerini, a memória constrói heróis e não heróis, sendo eles pertencentes ao grupo ou ao indivíduo. Na entrevista de Wicliffe Costa percebemos que

ele vê a figura do pai como o herói do seu sucesso profissional pelo incentivo e preocupação com seus estudos quando ele era criança.

A professora Eunice Rosado constitui em sua memória os moradores do prédio em que seu pai trabalhava, que eram professores e a ensinava, como seus heróis que a incentivaram a estudar e batalhar por um futuro diferenciado do que até então sua família vivera, já o Regime Militar tornou-se o não herói. Enedite Vasco também constrói o Regime Militar como o não herói representado na figura do aluno que estudava com a mesma e que é retratado por ela com entonação de medo e recriminação. Aurinete Girão tem a professora que a indicou para a vaga na UFRN como sua heroína, já foi nessa instituição que ela se formou na pessoa que acredita ser a ideal.

Nas narrativas dos professores percebemos que a Reforma Universitária de 1968, apesar destes não terem tido uma consciência do que realmente se tratava a reforma no momento de suas formações, conseguiram ver mudanças, porém muitas vezes comparando com elementos da contemporaneidade ou com suas experiências no ensino básico.

Foram constatados alguns elementos da reforma na fala dos atores, como por exemplo, a criação dos departamentos, nas falas de Eunice Rosado, Aurinete Girão e Enedite Vasco; a obrigatoriedade das atividades desportivas, mas que não foram praticadas pelos entrevistados, devido à inexistência desta no seu período de discente, apenas o verificando em seu tempo enquanto professor de instituição ensino superior, por já trabalharem ou não terem idade compatível com a prática; a falta de movimento estudantil na graduação, só percebido nas experiências no ensino básico ou em cursos que não eram os dos entrevistados; as mudanças das faculdades isoladas para campus centrais; dentre outros aspectos.

Quanto à relação entre entrevistados e entrevistadores percebemos pontos de grande relevância para futuras entrevistas que se seguirão. Inicialmente, tentamos seguir o que Portelli trata como postura ideal de um entrevistador: tratar o depoente com o possuidor do saber, não interromper constantemente nem intimidar, dentre outros. Porém, alguns fatos nos fizeram refletir.

Primeiramente, o grau de intimidade tanto atrapalha como também favorece. Como Eunice Rosado é a mãe de uma dos entrevistadores e conseqüentemente possuir um grau acentuado de intimidade isso facilitou no caminhar da entrevista, mas no momento da análise os fatos narrados e os já sabidos acabaram por se entrelaçarem dificultando na sua separação. Isso também ocorreu com a depoente Eneide e a outro pesquisador.

Apesar desse trabalho ainda necessitar de um longo caminho a ser percorrido, como a feitura de mais entrevistas e, conseqüentemente, novas análises, até então já nos dá um aparato importante para as concepções já descritas.

A utilização da História Oral de Vida foi essencial tanto como metodologia como fonte principal, pois, não seria viável colher as interpretações que já temos até então, analisando apenas documentos escritos ou imagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFINITO, Solange. **Educação superior no Brasil: análise do histórico recente (1994-2003)**. Brasília: INEP, 2007.

ALMEIDA, Maria da Conceição; KNOBBE, Margarida Maria. **Ciclos e metamorfoses: uma experiência de reforma universitária**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.

ATCON, Rodolph P. **Rumo a reformulação estrutural da universidade brasileira: estudos realizados entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do MEC**. Rio de Janeiro: MEC, Diretoria de Ensino Superior, 1966.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade; lembranças velhas**. São Paulo: T. A. Queiróz/Edusp, 1983.

BRASIL. Presidência da República. **Reforma universitária: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto n. 62937/68**. Brasília: Presidência da República, 1968.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

COSTA, Wicliffe de Andrade. Depoimento concedido aos autores. Maio 2011.

COUTINHO, Gledson Luiz. **Administração universitária: a reforma de 1968**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira: em busca de sua identidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n 28, p 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida.** Campinas: Papirus, 1997.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica 2003.p. 153

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão.** Campinas/SP: Autores Associados, 2006.

NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro.** Campinas: Alinea, 1998.

PASSERINI, Luiza. Mitobiografia em história oral. **Projeto História: História e Cultura**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 29-40, dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral e O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP.** São Paulo:EDUC, 1997, n. 15, abr. 1997.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zarázar Editor, 2002. (coleção Descobrimdo o Brasil).

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 18 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROSADO, Eunice da Silva. Depoimento concedido aos autores. Maio 2011.

SILVA, Francisca Aurinete Girão Barreto da. Depoimento concedido aos autores. Maio 2011.

VASCO, Enedite da Silva. Depoimento concedido aos autores. Jun. 2011.